
KANT, BRENTANO E STUMPF SOBRE PSICOLOGIA E ANTI-PSICOLOGISMO

Guillaume Fréchette*

Resumo:

Em todas as críticas feitas por Franz Brentano contra a filosofia do século XIX, seja na *Psicologia a partir de um ponto de vista empírico*, seja em seus últimos escritos, indubitavelmente Kant ocupa o lugar de honra. Na visão de Brentano, Kant não apenas postulou os juízos sintéticos *a priori* sem qualquer justificação, mas também instigou a fase de decadência que caracterizou a filosofia alemã na primeira metade do século XIX. Além dessas afirmações polêmicas, que frequentemente atraem a atenção, é importante colocar as coisas em perspectiva e investigar como essas críticas são interpretadas e quais são as suas origens. No presente artigo, eu vou me concentrar mais especificamente na recepção da psicologia kantiana por Brentano e seus alunos. Certamente, a rejeição brentaniana da psicologia de Kant acompanha sua total rejeição dos juízos sintéticos *a priori*. O que eu quero sugerir aqui é que, no caso específico da psicologia, a hostil recepção da filosofia kantiana na escola de Brentano se deve, principalmente, a uma combinação de dois fatores. O primeiro é a rejeição kantiana da psicologia na teoria do conhecimento. O segundo, que é correlativo ao primeiro fator, é a rejeição brentaniana da tese de Kant acerca da impossibilidade da psicologia se tornar uma ciência. No que se segue, eu investigo detalhadamente esses dois fatores, utilizando como estudo de caso a posição defendida por Carl Stumpf na *Psicologia e Teoria do Conhecimento*. Este trabalho merece ser discutido em sua totalidade: Stumpf (1848-1936) não foi apenas um dos alunos mais brilhantes e influentes de Brentano, mas seu ensaio também desempenhou um importante papel na escola de Brentano, oferecendo uma das raras confrontações impressas com as posições kantianas e neokantianas sobre a psicologia.

Palavras-chave:

Brentano, Kant, intencionalidade, conhecimento.

Prof. Dr. Guillaume Fréchette, Universität Salzburg, Áustria. Apareceu pela primeira vez em inglês com título “Kant, Brentano and Stumpf on Psychology and AntiPsychologism” na seguinte obra: S. Bacin, A. Ferrarin, C. La Rocca and M. Ruffing (eds.), *Kant and Philosophy in a Cosmopolitical Sense*, Berlin-New York, De Gruyter 2012. Evandro O. Brito (Unicentro) e Adriano Picoli (UFSC), contribuíram com o autor com a tradução e revisão, respectivamente.

KANT, BRENTANO AND STUMPF ON PSYCHOLOGY AND ANTI-PSYCHOLOGISM

Abstract:

*In all the criticisms made by Franz Brentano against nineteenth-century philosophy, be it in the *Psychology from an Empirical Standpoint* or in his later writings, Kant undoubtedly occupies the place of honor. In Brentano's view, Kant not only postulated without any justification synthetic a priori judgments, but he also instigated the phase of decadence that characterized German philosophy in the first half of the nineteenth century. Beyond these polemic affirmations that often attract attention, it is important to put things in perspective and investigate how such criticisms are construed and what their origins are. In the present paper, I focus more specifically on the reception of Kantian psychology by Brentano and his students. Certainly, Brentano's rejection of Kantian psychology goes along with his total rejection of the synthetic a priori judgments. What I want to suggest here is that in the specific case of psychology, the hostile reception of Kantian philosophy in the school of Brentano is mainly due to a combination of two factors. The first is Kant's rejection of psychology in theory of knowledge. The second, which is correlative to the first factor, is the Brentanian rejection of Kant's thesis on the impossibility for psychology to become a science. In what follows, I investigate these two factors in detail, using as a case study the position advocated by Carl Stumpf in 'Psychology and Theory of Knowledge'. This work fully deserves to be discussed: Stumpf (1848-1936) was not only one of the most brilliant and influent students of Brentano, but his essay also played an important role in the school of Brentano, offering one of the rare printed confrontations with the Kantian and Neokantian positions on psychology.*

Word keys:

Brentano, Kant, intentionality, knowledge.

Meu ponto de vista psicológico é empírico: a experiência é meu único mestre. Eu compartilho com outros pensadores a convicção de que isto é inteiramente compatível com certo ponto de vista ideal.

Brentano¹

Em todas as críticas feitas por Franz Brentano contra a filosofia do século XIX, seja na *Psicologia a partir de um ponto de vista empírico*, seja em seus últimos escritos, indubitavelmente Kant ocupa o lugar de honra. Na visão de Brentano, Kant não apenas postulou os juízos sintéticos *a priori* sem qualquer justificação, mas também instigou a

¹ Brentano, Franz: *Psychology from an Empirical Standpoint*, London, 1973, p. XXV. Original alemão em Brentano, Franz: *Psychologie vom empirischen Standpunkte*, Leipzig, 1874, p. v.

fase de decadência que caracterizou a filosofia alemã na primeira metade do século XIX. Além dessas afirmações polêmicas, que frequentemente atraem a atenção, é importante colocar as coisas em perspectiva e investigar como essas críticas são interpretadas e quais são as suas origens. No presente artigo, eu vou me concentrar mais especificamente na recepção da psicologia kantiana por Brentano e seus alunos. Certamente, a rejeição brentaniana da psicologia de Kant acompanha sua total rejeição dos juízos sintéticos *a priori*. O que eu quero sugerir aqui é que, no caso específico da psicologia, a hostil recepção da filosofia kantiana na escola de Brentano se deve, principalmente, a uma combinação de dois fatores. O primeiro é a rejeição kantiana da psicologia na teoria do conhecimento. O segundo, que é correlativo ao primeiro fator, é a rejeição brentaniana da tese de Kant acerca da impossibilidade da psicologia se tornar uma ciência. No que se segue, eu investigo detalhadamente esses dois fatores, utilizando como estudo de caso a posição defendida por Carl Stumpf na *Psicologia e Teoria do Conhecimento*². Este trabalho merece ser discutido em sua totalidade: Stumpf (1848-1936) não foi apenas um dos alunos mais brilhantes e influentes de Brentano, mas seu ensaio também desempenhou um importante papel na escola de Brentano, oferecendo uma das raras confrontações impressas com as posições kantianas e neokantianas sobre a psicologia.

A posição brentaniana sobre Kant

Embora Brentano rejeite o ceticismo de Hume, ele não aceita a posição de Kant sobre o ceticismo:

Na Alemanha, foi Kant quem se comprometeu a salvar o conhecimento do ceticismo de Hume e seu método era, essencialmente, muito semelhante ao de Reid. Kant afirmava que a ciência exige, como seu fundamento, uma série de princípios que ele chamou de juízos sintéticos *a priori*. Em uma inspeção rigorosa do que ele quer dizer com isso, no entanto, verifica-se que o termo *a priori* vale, segundo ele, para proposições que se impõem a nós em princípio como verdade sem seu ser evidente. O conjunto de juízos *a priori* tem o mesmo caráter dos juízos de senso comum de Reid³.

² Stumpf, Carl: 'Psychologie und Erkenntnistheorie', *Abhandlungen der Königlich Bayerischen Akademie der Wissenschaften*, vol. 19, parte 2, Munich, 1891, p. 465-516. Todas as referências futuras deste ensaio estão abreviadas como PE.

³ Brentano, Franz: *The Four Phases of Philosophy*, Amsterdam, 1998, p. 99. Original alemão em Brentano, Franz: *Die Vier Phasen der Philosophie*, Hamburg, (1 ed. 1926, 2 ed. 1968), p. 20.

Na opinião de Brentano, Kant e Reid adotam a mesma ideia básica de que há juízos de senso comum – juízos os quais, embora não sejam evidentes, parecem ser certos e prováveis para fundar uma ciência. Kant teria ido longe demais em sua luta contra o ceticismo, afirmando que tais juízos cegos portam os objetos do conhecimento. Portanto Brentano rejeita juízos sintéticos *a priori*, não porque eles são *a priori*, mas porque não se pode ‘ver’ sua correteza, ou seja, porque eles são cegos. Aceitar juízos cegos (*blinde Vorurteile*) como base de nosso conhecimento e, então, estabelecer a existência de Deus, a imortalidade da alma e a liberdade como postulados da razão pura prática é uma consequência que Brentano não pode aceitar.⁴

Outro ponto de diferença entre Brentano e Kant diz respeito ao sintético *a priori* que caracteriza axiomas matemáticos. Estes são sintéticos porque eles não são analíticos: a verdade da proposição expressada por ‘ $7+5=12$ ’ não segue a partir do conteúdo de conceitos. Certamente, este raciocínio é inaceitável para um psicologista empírico como Brentano. Na sua concepção, a análise descritiva de uma proposição matemática, ou de qualquer tipo de proposição, sempre nos dá o conteúdo dos conceitos envolvidos. Este conteúdo é mental por natureza, considerando que as proposições matemáticas são sempre analíticas por natureza.

Outro problema, o qual provém da caracterização kantiana de axiomas matemáticos como sintético *a priori*, é que todos estes axiomas têm uma forma negativa. Portanto, de acordo com a escola de Brentano, um juízo analítico pode aumentar nosso conhecimento. Os axiomas matemáticos, os quais são considerados analíticos, são evidentes de um modo que se tornam tão confiáveis quanto os juízos de percepção interna. De acordo com Brentano, por exemplo, o juízo que enuncia “isto é amarelo”, é um juízo da percepção interna. Que tal juízo é dito ser evidente significa que, do ponto de vista que se experiencia ver uma mancha amarela, é impossível se julgar o contrário. É por isso que muitas vezes Brentano diz que a verdadeira forma de um juízo evidente é basicamente negativa.⁵ É fácil entender, então, por que axiomas e juízos analíticos são juízos que têm uma forma negativa ou que são redutíveis a estes juízos, pois a verdadeira forma de um juízo como “Todos os As são Bs” é “Não há um A

⁴ *Ibid.*, p. 22.

⁵ No caso do nosso exemplo, sua verdadeira forma poderia ser convertida em “não há ninguém que julga que isto não é amarelo”. Embora não seja totalmente sem problemas, eu usei aqui a regra de transformação proposta por Brentano para juízos acerca de entidades fictícias em: Brentano, Franz. *Die Lehre vom Urteil*, Bern, 1966, p. 56.

não-B”. Isso vale para os dois tipos de juízos evidentes: os baseados em axiomas ou aqueles baseados na percepção interna. Um juízo evidente basicamente significa que as coisas são tal e tal e que não pode ser de outra forma.

Retornemos agora ao primeiro dos dois fatores mencionados na introdução. Contra a visão de Kant de que a psicologia nunca se tornará uma ciência explicativa, especialmente porque as matemáticas não são aplicáveis aos fenômenos mentais, Brentano assume parcialmente a posição de Herbart, segundo a qual se pode usar a matemática para fazer psicologia de um modo exato, desde que haja algo que você possa calcular, como quantidades ou intensidades. Ao contrário de Herbart, no entanto, Brentano não acredita que se possa encontrar determinações de medidas reais dessa maneira. Ele também não acredita que a lei de Weber-Fechner seja aplicável, pois ela repousa sobre uma confusão entre a atenção à sensação (*Ebenmerklichkeit*) e a comparação de sensações (*Gleichmerklichkeit*)⁶. Além disso, o uso da matemática em psicologia é problemático para Brentano porque sensações não dependem da força do próprio estímulo, mas sim das condições mentais da experiência. Neste sentido, pode-se dizer que Brentano desarma a objeção de Kant a uma ciência psicológica experimental em dois níveis: por um lado, a matemática não pode ser descartada do campo da psicologia, mas, por outro lado, a prática científica da psicologia não depende de sua matematização. Segundo Brentano, a análise descritiva dos fenômenos mentais é uma ferramenta com a mesma qualidade científica da matemática.

Stumpf contra Kant

Após esta breve revisão das considerações de Brentano acerca da filosofia kantiana, e mais especificamente de suas considerações sobre a psicologia kantiana, dirijo-me agora a Carl Stumpf, o qual foi o primeiro entre os alunos de Brentano a levar em conta a posição neokantiana sobre a psicologia, proporcionando uma reação inigualavelmente detalhada para as típicas posições kantiana e neokantiana daquela época.

⁶ Em poucas palavras, a lei de Weber-Fechner estabelece que todo aumento nas sensações é idêntico a um aumento do estímulo físico. Portanto, a intensidade das sensações aumenta na mesma medida que o estímulo físico. Sua primeira formulação é para ser encontrada em Weber. Ernst Heinrich: “Tastsinn und Gemeingefühl”. In: Wagner, Rudolf (ed.), *Handwörterbuch der Physiologie, mit Rücksicht auf physiologische Pathologie*, Braunschweig, volume 3, parte 2, p. 481-588.

Stumpf define a posição criticista e a posição psicologista contrária. A partir da posição psicologista, o conhecimento é um processo psicológico, e uma investigação psicológica deve, portanto, ser anterior a toda teoria do conhecimento. Para a posição criticista, psicologia conduz às leis empíricas, e não ao conhecimento das leis gerais e necessárias. De acordo com a posição psicologista, pode-se saber que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos outros dois lados, sem conhecer a diferença entre juízos sintéticos e analíticos. De modo mais geral, pode-se investigar os estados mentais de coisas sem qualquer teoria ou crítica do conhecimento. Segundo Stumpf, essas são questões não problemáticas, mas é precisamente essa abordagem que é questionada por filósofos kantianos. De acordo com Kant, o conhecimento sem crítica é o conhecimento sem leis, sem normas e sem verdade alguma. Stumpf responde a isto de uma maneira brentaniana: “O conhecimento pode não apenas ser verdadeiro, pode ser perfeitamente evidente para quem conhece, até seus últimos fundamentos, mesmo que a pessoa que conheça não tenha nenhuma teoria desta evidência”.⁷

A verdadeira questão que está em jogo diz respeito ao papel da teoria do conhecimento na psicologia. Stumpf argumenta contra o criticismo que reflexões epistemológicas são necessárias em psicologia para a sua complementação, embora elas não sejam necessárias para a sua fundação. Isso forma uma oposição aberta à posição criticista, segundo a qual as raízes da ciência da experiência encontram-se nas formas *a priori* de uma intuição e pensamento, na síntese transcendental e no esquematismo transcendental. Sem a categoria de unidade é impossível até mesmo falar de objetos. Para Kant, substancialidade, causalidade e necessidade são formas de sínteses, categorias que permitem formar objetos, natureza e sua regularidade. Natureza não existe antecipadamente. Pelo contrário, ela resulta do entendimento. Tais fenômenos não são estruturados como tais e não têm leis imanentes.

Apesar dessa oposição contra o papel fundamental da teoria kantiana do conhecimento em todas as ciências e contra a marginalização das análises psicológicas no projeto epistemológico Kantiano, é digno de nota que os brentanianos concordam com kantianos acerca daquilo que é chamado de fenômeno: as suas respectivas posições divergem acerca das propriedades dos fenômenos. De acordo com a filosofia crítica, os fenômenos não têm leis que sejam estritamente imanentes, enquanto que o princípio que

⁷ Stumpf, *PE*, p. 469.

permite aos brentianos investigar os fenômenos desconsiderando as preocupações da teoria do conhecimento está baseado justamente na tese de que os fenômenos têm leis imanentes que podem ser descobertas pela observação e análise psicológica.

É compreensível, portanto, que uma grande parte da crítica de Stumpf à filosofia Kantiana ataque a teoria de que a mente crie os objetos e as suas leis. O alvo principal deste ataque é a distinção kantiana entre a matéria e a forma das nossas representações (*Vorstellungen*). De acordo com Stumpf, é precisamente a negligência da investigação psicológica que levou Kant a equívocos na teoria do conhecimento:

Assim, [...] é precisamente a negligência da investigação psicológica que levou à concepção a qual nós reconhecemos como unilateral e inexequível em sua unilateralidade em termos de teoria do conhecimento. [A causa dessa negligência é encontrada] em primeiro lugar na contínua distinção entre a matéria e a forma de representação. (STUMPF, PE, p. 481).

Em outras palavras, a tese criticista leva, de acordo com Stumpf, a uma perspectiva unilateral sobre a questão da teoria do conhecimento, uma perspectiva que permanece difícil de defender por causa de sua tese de partida, incluindo a distinção entre matéria e forma em nossas representações. Na verdade, Kant pensa que ele pode chegar a esta distinção não somente seguindo a estrita oposição de categorias e fenômenos, mas também no domínio da própria percepção sensorial. Esta é a tese conhecida à luz da qual o espaço e o tempo são formas simples de intuição para qualidades sensoriais (cores, sons etc.).

Como resposta, pode-se insistir que a distinção de Kant não é o resultado de considerações psicológicas, mas sim de considerações metafísicas. Pode-se ressaltar que o fator decisivo detrás destas considerações é a possibilidade de juízos sintéticos *a priori* e, mais especificamente, a possibilidade de conhecimento matemático – mas, no entanto, a metafísica deve passar no teste da psicologia. Como resalta Stumpf, algo não pode ser epistemologicamente verdadeiro e psicologicamente falso ao mesmo tempo (Stumpf, PE, 482 p.).

Este é precisamente o problema que resulta da distinção entre matéria e forma. Ele é psicologicamente insustentável:

[A distinção] ainda tem sido largamente prejudicial para o avanço da pesquisa, e também se estendeu para outras áreas nas quais ela foi aplicada. Pois a chamada lógica formal, ética e estética estão ligadas em sua improdutiva unilateralidade a tal distinção epistemológica. (STUMPF, PE, p. 482).

Na visão de Stumpf, tudo o que pensamos e falamos é *eo ipso* conteúdo de nossa consciência, e filosofia crítica não almeja oferecer uma teoria do inconsciente; portanto, a filosofia kantiana deveria explicar a possibilidade de conceber o espaço como uma representação consciente. Ele deveria ser capaz de explicar como espaço, tempo e causalidade podem ser conteúdos de consciência. Como resultado, a distinção entre a matéria e a forma de atos de representação também deveriam ter sua contraparte na distinção entre a matéria e a forma de conteúdos de consciência. No entanto, esta transição de um ponto de vista estritamente epistemológico para a sua adaptação em um ponto de vista psicológico, não parece estar resolvida no âmbito da filosofia crítica. Conseqüentemente, a forma aparece como um princípio de ordenação para os fenômenos, como Kant afirma explicitamente no início da estética transcendental⁸.

Diante desta reflexão, pode-se dizer que a matéria de nossas representações nos é dada sempre *a posteriori*. Correspondentemente, a forma deve estar, *a priori*, na mente e, portanto, pode ser considerado independentemente da sensação. Isto significa que podemos excluir da representação de um corpo tudo o que está relacionado à sensação e que podemos pensar apenas a sua forma. Mas Stumpf obviamente não concorda com esta conclusão:

O fato de que as qualidades de cores estão dispostas no espaço e que estas mesmas qualidades podem aparecer para nós em uma diferente ordem espacial, não justifica a separação entre o espaço e o conteúdo sensorial. As qualidades nos aparecem também em intensidades diferentes, e diferentes qualidades podem aparecer simultaneamente em diferentes intensidades [...]. (STUMPF, PE, p. 484-485).

Em outras palavras, as partes representacionais que pertencem à forma são sempre dadas de um modo direto nas sensações. De acordo com Stumpf, a separação kantiana entre a forma e a matéria de representações tem a infeliz consequência de não poder responder à pergunta sobre como explicar a localização específica de certas sensações. Se o espaço fosse na realidade uma forma de intuição, o problema da localização específica de certa sensação deveria, então, ser explicado pela natureza *a*

⁸ Conferir KANT, *KrV A*: 20: “In der Erscheinung nenne ich das, was der Empfindung correspondirt, die Materie derselben, dasjenige aber, welches macht, daß das Mannigfaltige der Erscheinung in gewissen Verhältnissen geordnet werden kann, nenne ich die Form der Erscheinung. Da das, worin sich die Empfindungen allein ordnen und in gewisse Form gestellt werden können, nicht selbst wiederum Empfindung sein kann, so ist uns zwar die Materie aller Erscheinung nur *a posteriori* gegeben, die Form derselben aber muß zu ihnen insgesamt im Gemüthe *a priori* bereit liegen und daher abgeondert von aller Empfindung können betrachtet werden”.

priori do espaço. À luz do ponto de vista brentiano, isso não faz justiça ao que é dado na intuição.

Na disputa entre nativistas e empiristas no século XIX, Hermann Lotze, professor de Stumpf e Windelband, tentou superar a dificuldade da teoria kantiana, argumentando que intuições espaciais em geral são *a priori*. Ele acrescentou que as mudanças e as localizações determinadas de qualidades não-espaciais e não ordenadas são condicionadas por signos locais (Lokalzeichen). Por signos locais, Lotze entende qualidades sensoriais de um tipo especial, as quais contêm um elemento informacional. Por exemplo, as sensações musculares do olho, como Lotze defende, nos ajudam a localizar sensações de cores que são não-espaciais em sua visão.⁹

Na visão de Stumpf, o compromisso kantiano de Lotze, que visa combinar a concepção *a priori* do espaço com uma teoria psicológica que faça justiça ao que é dado na sensação, não é satisfatório. A relativa simplicidade das sensações musculares não é suficiente para se apresentar a localização óptica com precisão. Além disso, a fim de dar uma explicação completa da intuição kantiana que lida com investigações psicológicas, a teoria dos signos locais de Lotze também deveria ser transposta para a intuição do tempo, o que é em si problemática:

A separação entre forma e matéria, no sentido kantiano, destrói qualquer possibilidade de predicar a primeira da segunda e de caracterizar certas impressões nos casos particulares como sentidas aqui e ali, como multiplicidades, como efeitos etc. A separação é tão impraticável como separação ontológica de Aristóteles com o mesmo nome, e aquela dos escolásticos, com a qual compartilha relações históricas. [...] Mas se a psicologia [...] é capaz de demonstrar que essas teorias de signos – e assim a distinção entre forma e matéria em nossas representações – são resultado do “método crítico”, então não é necessário acrescentar que a investigação psicológica é essencial para a teoria do conhecimento. (STUMPF, PE, p. 489-490).

De acordo com Stumpf, ciências especiais, como é demonstrado pela história da matemática, emergem através da decomposição dos complexos que se pensava ser atômicos. Uma classificação das ciências que leva este fato em consideração encontraria, então, a sua última etapa em uma classificação genética dos conceitos mais simples de relação. Mas esta “tabela de categorias” brentiana difere fundamentalmente da tábua kantiana. No coração desta tábua de categorias, deve-se

⁹ Sobre o *Lokalzeichen* de Lotze, conferir LOTZE, Rudolf Hermann: “De la formation de la notion d’espace. La théorie des signes locaux”, *Revue philosophique de la France et de l’étranger*, vol. IV, (1877), p. 345-365. (<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k17143d/f349.item.zoom>)

considerar, de acordo com os brentanianos, as diferentes multiplicidades de relações que ocorrem entre as partes e o todo.

Assim, a separação entre matéria e forma de nossas representações não somente é prejudicial para a teoria do conhecimento, mas também é impraticável em psicologia. E a negligência da psicologia causada pela rejeição kantiana dela em teoria do conhecimento não permite uma classificação da ciência que faça justiça ao desenvolvimento das ciências especiais:

Com o *a priori*, Kant tinha e queria dizer algo sobre a origem psicológica das formas da intuição e pensamento; ele não estava simplesmente afirmando o seu significado para a teoria do conhecimento. Ele quer dizer [...] que os conceitos *a priori* não podem ser analisados e que eles não são dados pelos nossos sentidos como conteúdos da sensação. Mas essa negação da analisabilidade é em si uma afirmação psicológica; e esta afirmação é tão evidente quanto é considerada errônea pela maioria dos representantes da psicologia e da fisiologia, à medida que o espaço está em causa, como se não fosse dado espaço através de nossos sentidos. Em todos os casos, nós temos aqui uma nova prova da necessidade de alegações psicológicas mais precisas para a teoria do conhecimento. Simplesmente não é possível evitar os fundamentos da psicologia, mesmo que o interesse não esteja exclusivamente no nível de conhecimento crítico. A negligência à psicologia não é, como muitas vezes já foi dito, uma característica secundária e sem importância [da teoria kantiana do conhecimento], mas é sim um dano fundamental [causado pela] filosofia kantiana. (STUMPF, PE, p. 495).

Contudo, as teses de Stumpf e dos brentanianos devem ser mitigadas quando levamos em conta as verdadeiras intenções de Kant, para além da reputação que lhe fora atribuída, no século XIX, por Alois Riehl e Johann Eduard Erdmann. De modo mais preciso, as interpretações kantianas de Riehl e Erdmann desempenharam um papel importante na recepção de Kant entre os estudantes de Brentano.¹⁰ Em particular, é importante relativizar a acusação proferida por Stumpf acerca da marginalização da psicologia ou, pelo menos, para restringi-la à psicologia que Kant foi confrontado em sua época.

Contra a interpretação anti-psicologista de Kant, pode-se perguntar se a visão de que a psicologia não deveria ser confundida com a lógica é realmente uma tese acerca do fato de que não pode haver qualquer conhecimento psicológico ou acerca do fato de que a psicologia não pode se tornar uma ciência. Como Sturm coloca, temos de distinguir entre a impossibilidade da psicologia empírica se tornar uma ciência e a tese

¹⁰ Conferir: RIEHL, Alois, *Der philosophische Kriticismus und seine Bedeutung für die positive Wissenschaft*, em três volumes, Leipzig, 1876, 1879, 1887; ERDMANN, Johann Eduard, *Versuch einer wissenschaftlichen Darstellung der Geschichte der neuern Philosophie*, Leipzig, 1842/1853 (volumes 2 e 3).

mais radical, não defendida por Kant, de que não há conhecimento psicológico como tal.¹¹ Alguns dos argumentos de Stumpf estão claramente baseados na última tese. Além disso, é preciso lembrar que a psicologia empírica criticada por Kant é a psicologia defendida por Wolff e Baumgarten, uma psicologia que investiga, em sua parte empírica, a “natureza pensante” por meios exclusivos do sentido interno.¹²

Além disso, deveria ser notado que esta concepção está baseada em uma concepção radical de introspecção. Foi justamente no contexto dessa psicologia introspectiva defendida por Wolff que Kant afirmou a impossibilidade da psicologia empírica se tornar uma ciência experimental.¹³ Ele faz isso por duas razões. Em primeiro lugar, a observação de nossos próprios estados mentais através de sentido interno não pode estar sujeita a experimentos repetíveis. Segundo, se os objetos e estados psicológicos fossem considerados acessíveis apenas através do sentido interno, as diferenciações que nós efetuamos acerca deles seriam dadas apenas por meio do pensamento.¹⁴ Portanto, os experimentos realizados nesta psicologia introspectiva são apenas experimentos mentais. Sobre este ponto, Kant e os brentanianos concordariam em sua rejeição ao método introspectivo em psicologia.¹⁵ Suas posições, no entanto, permanecem irreconciliáveis quanto à distinção entre a matéria e a forma de nossas representações.

¹¹ Conferir: STURM, Thomas, “Kant on Empirical Psychology”, in WATKINS, Eric (ed.): *Kant and the Sciences*, Oxford, 2001, p. 165-181.

¹² Acerca da influência de Baumgarten sobre o primeiro Kant com respeito à sua concepção de psicologia e metafísica, conferir *Neue Anmerkungen zur Erläuterung der Theorie der Winde*, AA 01: 503; *Nachricht von der Einrichtung seiner Vorlesungen in dem Winterhalbenjahre von 1765-1766*, AA 02: 308f.; *MSI*, AA 02:397; *SF*, AA 07:141.

¹³ Conferir: *MAN*, AA 04: 471.

¹⁴ Conferir: STURM, Thomas: *op. cit.*, p. 178.

¹⁵ Conferir: BRENTANO, Franz. *Psychology from an Empirical Standpoint*, London, 1973, p. 99f. Original alemão em: BRENTANO, Franz. *Psychologie vom empirischen Standpunkte*, Leipzig, 1874, p. 168f.